

# Investigação avança no rastro do cheque

FERNANDO PORTO  
Da Sucursal

**São Paulo** — José Luís Aranha de Moura é o mais recente suspeito de estar envolvido no caso Lubeca, por ter investido o cheque recebido da empresa para aplicação no mercado financeiro. O delegado do 4º Distrito Policial de São Paulo, Massilon José Bernardes Filho, encarregado das investigações, garantiu descobrir a trilha final do cheque de NCz\$ 900 mil, peça-chave da acusação de suborno feita pelo presidente Ronald Caiado à administração petista. O nome do investidor foi conseguido ontem no final da tarde, pelo Banco Central, através de quebra de sigilo bancário por ordem judicial.

O mapa de rastreamento foi apresentado ontem pelo promotor público Dráusio Lúcio Barreto, designado pela Comissão Especial de Inquérito da Câmara Municipal (CEI) para acompanhar o caso. Segundo ele, a empresa Lubeca pagou NCz\$ 900 mil à Tertece — Comércio e Técnica de Serviço Ltda, no dia 22 de agosto, referente à construção de um borboletário (versão dada pelo diretor da Tertece, Osmar Cássio Rossato). O cheque foi depositado no Bradesco, agência City Lapa, e no mesmo dia a empresa emitiu um cheque ao portador, no valor de NCz\$ 837 mil, em nome de José Luís Aranha Moura, que o aplicou na corretora Segmento Distribuidora de Valores Mobiliários, também no mesmo dia e depositado no BCN — agência central. Este cheque resultou num resgate parcial de aplicação financeira de NCz\$ 720 mil, sacado do BCN contra o Banco Digital. No dia 24 de agosto, o Digital foi emitir uma ordem de pagamento para o Banco Cidade de São Paulo, e, no mesmo dia, uma nova ordem de pagamento contra o Banco Francês e Italiano. O destino final do dinheiro está sendo apurado pelo Banco Central e

pode ser verificado até o fim da semana.

Dráusio informou não saber ainda qual o envolvimento de José Luís no caso, “mas descobrimos que trabalha numa empresa de avaliações, cujo nome manteremos em sigilo já que a operação efetuada envolve apenas pessoa física”. O delegado Massilon José Bernardes lamentou a ausência do diretor da Tertece, Osmar Cássio Rossato, no depoimento marcado no 4º Distrito e que, segundo ele, possibilitaria ajudar as investigações. “As declarações de Rossato na Prefeitura, de que apenas 20 por cento do cheque havia sido investido, já demonstram as contradições com o rastreamento”, afirmou.

## DEPOIMENTO

Enquanto na delegacia tentava-se descobrir o paradeiro do cheque, outras informações controversas foram dadas na Câmara Municipal logo pela manhã pelo advogado José Firmo Ferraz Filho, amigo do vice-prefeito Luís Eduardo Greenhalgh e acusado de ser o intermediário do suborno oferecido pela Lubeca ao chefe de gabinete da prefeitura, Luís Eduardo de Almeida Curti. O ad-

vogado negou várias vezes para a Comissão Especial de Inquérito da Câmara, presidida pelo líder da bancada do PT, Pedro Dallari, ter oferecido qualquer quantia para a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele disse ter sido contratado verbalmente pela Lubeca para um serviço de consultoria do projeto da chácara Tangará e que recebeu NCz\$ 272 mil, ao final do serviço, prestado junto à comissão municipal que buscava um acordo entre as duas partes.

Os vereadores da CEI insistiram nos pontos mais contraditórios do depoimento: 1) a razão de querer continuar a representar a Lubeca, junto à prefeitura para oferecer uma segunda creche na área, após encerrar seus serviços à empresa; 2) Firmo recusou-se a dizer quem o indicou para a Lubeca, já que não tinha realizado outros serviços para a empresa; 3) Firmo resolveu procurar a Secretaria de Negócios Extraordinários, comandada por Greenhalgh, seu amigo de faculdade, para um assunto fora da alçada do órgão.

O advogado procurou explicar o primeiro ponto, alegando estar “emocionado” com o Projeto Panamby, “devido ao seu benefício social” e que re-

solveu voluntariamente trabalhar pela obra. Na questão da pessoa que indicou seu nome para a Lubeca, respondeu que reservava-se o direito de não divulgar o nome. Após a insistência dos membros da CEI, mudou de opinião e afirmou desconhecer a pessoa. O advogado foi indagado pelo vereador petista Maurício Faria sobre a sua decisão de procurar Curti e Greenhalgh para resolver a questão, quando o advogado da comissão municipal, Eduardo Pizarro Canelori, era a pessoa mais indicada, por estar aprofundado na questão.

O vereador Pedro Dallari lamentou a ausência do funcionário denunciante do escândalo, Paulo Celso Albaneze Argento. Dallari afirmou que o próximo passo é realizar uma acareação entre Curti, Greenhalgh e Firmo.

## A NOTA OFICIAL

“Com base na avaliação dos depoimentos colhidos até o momento pela Comissão de Averiguação Preliminar, que apura as denúncias relativas ao projeto Tangará-Panamby, feita por mim na manhã de hoje, foi aceito o pedido de exoneração apresentado pelo dr. Luiz Eduardo Rodrigues Greenhalgh do cargo de secretário dos Negócios Extraordinários da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Esta decisão se prende ao entedimento de que houve quebra de relação de confiança, que se tem por indispensável ao exercício das funções de assessoramento direto à chefia do Executivo.

Outrossim, na atual fase da investigação, tal medida se coloca conveniente à continuidade dos trabalhos da Comissão de Averiguação Preliminar.

Importante ressaltar, porém, que este posicionamento não implica em reconhecimento antecipado de eventual responsabilidade de quaisquer autoridades municipais nos fatos que se encontram sob apuração”.